

Sem apoio no Congresso

LARISSA MEIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

Carlos Moura 1.4.04

O projeto de lei que extingue ou mina os poderes do Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (Conpresb) encontrou repercussão negativa também no Congresso. Dos oito representantes do Distrito Federal na Câmara e no Senado ouvidos ontem pelo *Correio*, apenas um é contra a manutenção do conselho nos moldes atuais. O deputado federal Alberto Fraga (PTB) defende que o órgão deve ser apenas consultivo, sem poderes para vetar leis.

O projeto que extingue o conselho está em tramitação na Câmara Legislativa. Foi aprovado em primeiro turno na semana passada. E deve ser votado novamente amanhã. Se for aprovada, a proposta, de autoria do distrital Leonardo Prudente (PMDB), acaba com o Conpresb. Com medo da repercussão negativa da medida, os distritais estudam uma alternativa: o conselho continuaria a existir, mas opinaria apenas sobre as questões relativas ao tombamento, sem poder deliberativo.

A bancada petista do DF no Congresso defende a posição adotada pelo PT na Câmara Legislativa. "Temos assistido uma série de leis aprovadas pela Câmara que estão destruindo a organização da cidade e o título de patrimônio histórico", avisa a deputada Maria José Maninha (PT). Amanhã, quando o projeto for discutido para votação em segundo turno no plenário, a líder petista na Câmara Legislativa, Arlete Sampaio, tentará negociar a retirada do projeto de pauta.

No Congresso, além de esperar pela retirada do projeto da pauta — já que os distritais se aproximam do recesso parlamentar — é quase consenso dentro da bancada que o projeto, se aprovado pelos distritais, será facilmente derrubado na Justiça. "Sem falar na questão de mérito, completamente contestável, esse projeto é inconstitucional. A Lei Orgânica do DF limita ao Executivo a cria-



FRAGA (D) DEFENDE QUE O CONSELHO DA ÁREA TOMBADA SEJA APENAS UM ÓRGÃO CONSULTIVO, SEM PODERES PARA VETAR PROJETOS DOS DISTRITAIS

ção ou extinção de cargos e órgãos. A Câmara não pode legislar em cima disso", pondera o deputado Sigmaringa Seixas (PT).

Preservação

Criado pelo governador Joaquim Roriz no início do ano passado, o Conpresb tem defensores entre os aliados do Buriti no Congresso, apesar da posição contrária dos governistas na Câmara Legislativa. "Sou totalmente contra este projeto. O conselho é um órgão fiscalizador de muita importância para a preservação de Brasília enquanto patrimônio tombado", diz o senador Paulo Octávio (PFL), por meio de sua assessoria. "Tenho certeza que o governador defenderá a manutenção do conselho. Parece que a Câmara não está sabendo interpretar os fatos. Não se pode acabar ou tirar poderes de um órgão desse", acredita o deputado federal José Rajão (sem partido).

Alberto Fraga, entretanto, considera viável a proposta substituta dos distritais que tira do Conpresb o poder de vetar leis ou iniciativas da Câmara,

em relação à preservação do tombamento. "Foi a melhor saída encontrada. Não dava para acabar com órgão de uma vez. Mas acho que como órgão con-

sultivo, o conselho faz o papel dele, de prestar orientações sobre o tombamento, e não interfere nas atribuições da Câmara Legislativa", prega Fraga.